

ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Taxista Voltolini - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. Presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital ou aqui presentes nesta manhã de quinta-feira.

Vou falar sobre um assunto do qual tenho falado algumas vezes, ao longo desses vários anos, mas sempre volto a esta pauta no mesmo período de cada ano nos finais da Operação Veraneio que tanto se fala nos meses de novembro e dezembro. O

governo faz tanta propaganda no final da primavera e no começo do verão a respeito dessa estrutura que está colocando à disposição da sociedade, da balneabilidade, que estará à disposição dos veranistas em termos de segurança pública.

E aí citam milhares de policiais militares, civis, a participação do Instituto-Geral de Perícias, com maior concentração nas regiões litorâneas ou de balneabilidade no interior do estado; do corpo de bombeiros, dos salva-vidas, se faz muita propaganda mostrando o bombeiro, sempre simpático, as viaturas, os equipamentos de salvamento ou até os próprios profissionais.

Mas, fala-se muito pouco, embora se fale, que a maior parte desses trabalhadores não são servidores públicos e, sim, pessoas recrutadas temporariamente para a tarefa de guarda-vidas civis, esse é o nome. E não dá nem para dizer que eles são contratados temporariamente, porque eles sequer são contratados. Não é um contrato temporário, que também é possível e há na legislação a possibilidade em situações de emergência.

Agora, evidentemente que o estado de Santa Catarina, que se orgulha de ser o melhor destino turístico do Brasil, pode saber com antecedência que entre os meses de novembro e abril, pelo menos nesses meses, precisa de um número bastante grande de salva-vidas. E, portanto, pode até, inclusive, porque é necessário ter um número de profissionais, de servidores públicos contratados de forma efetiva, mediante concurso para realização desse trabalho e qualificá-los da melhor maneira possível, como de fato são os nossos bombeiros militares, assim como outros bombeiros, que não deixam de ter sua qualificação.

Mas, aqui neste estado de Santa Catarina, onde as autoridades se orgulham tanto de ser o melhor destino do Brasil, a maioria dos guarda-vidas não são servidores públicos e sequer tem um contrato temporário, eles são diaristas. A maioria dos trabalhadores que salvam vidas nas praias e em outros balneários do estado catarinense não são servidores públicos e sequer tem um contrato

temporário com o governo do estado para realizarem esse serviço. São diaristas, recebem uma diária, que era de R\$ 75,00 até o ano passado. E são colocados a salvar vidas em nome do estado de Santa Catarina, recebendo uma diária. Hoje, depois de muita briga, inclusive que nós ajudamos a fazer, passou para R\$ 125,00.

O estado contrata de novembro até abril, alguns deles, deputado Neodi Saretta, que já estão fazendo esse serviço há 15 anos. Então, tem trabalhador no estado de Santa Catarina que ao longo dos últimos 15 anos trabalha, de novembro até abril para o estado ganhando uma diária. Não recolhe um único centavo de contribuição previdenciária.

E aí ficam falando que a Previdência vai falir. Dessa forma, vai mesmo. Não há um direito trabalhista assegurado. Se acontecer um acidente com eles, inclusive no trabalho, os colegas que são bombeiros militares ou os outros colegas guarda-vidas civis têm que fazer uma vaquinha para ajudar a socorrer o colega. E se isso já é um absurdo, quer dizer, o estado usando a lei do voluntariado, quando aqui nós com posições mais críticas, de esquerda, fizemos algumas observações a determinados projetos de lei, às vezes, nos chamam da turma do contra.

Mas é a lei do voluntariado que está sendo usada para que o estado de Santa Catarina burle direitos constitucionais e legais dos trabalhadores. O mesmo estado, e daí não o governo estadual, mas do governo federal, que vai fiscalizar o agricultor, que tem 10, 20 hectares de terras, que planta cebola, e durante o período do plantio ou da colheita, contrata alguns trabalhadores por alguns dias para ajudar a plantar e depois para colher aquela roça de cebolas, deputado Eni Voltolini, os pequenos agricultores de Imbuia, de Ituporanga, de Alfredo Wagner, Aurora, lá batem os fiscais do estado no caso, o ministério do Trabalho, multando o pequeno agricultor por uma contratação irregular, sem a carteira assinada, por não contribuir para a Previdência. Lá, no pequeno agricultor.

Agora, o estado de Santa Catarina coloca para salvar vidas de quem visita o estado, nas praias, nos balneários e nos outros balneários durante o verão, por uma diária e não garante um direito sequer para esses trabalhadores.

A pessoa que está há 15 anos todos os anos, durante o mês de novembro e abril já teria cinco, seis anos de serviços prestados, que deveria ter contribuído com a Previdência e tem zero, não possui nada de contribuição.

Se isso já é absurdo, o mais absurdo ainda, srs. deputados, é que o governo do estado não paga salário, mas uma diária. A diária é para quê? É para o servidor ir para o local de trabalho e se alimentar e se alojar, pois o governo paga de forma mensal a diária. E agora terminou o verão eles estão dispensando aqueles milhares de jovens com 40 dias de atraso de pagamento da diária.

Eu não sei de quem é a responsabilidade? Não sei se é do comando do Corpo de Bombeiros, se é da secretaria de Turismo, se é na secretaria da Fazenda!

De qualquer forma, é na sala do governador e na sala do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, com quem temos uma boa relação, mas qualquer um precisa admitir que é um absurdo manter trabalhadores de forma absolutamente precária a título de voluntariado e ganhando uma diária para trabalhar durante anos seguidos em defesa do estado, em nome do estado, salvando vidas, para o estado se orgulhar do melhor destino turístico do Brasil. São pessoas que durante 15 anos, do mês de novembro a abril, dedicam metade do ano ao estado para ganhar uma diária, que vão receber com 40 dias de atraso, ou seja, a pessoa tem que gastar o próprio dinheiro para trabalhar para o estado. E dizem: Ah! Mas é voluntário! A lei do voluntariado está sendo deturpada por interesses, me permitam dizer, vis, de precarização das relações de trabalho.

O estado não pode cometer essa barbaridade de colocar milhares de pessoas para trabalhar todos os anos, inclusive em atividade de risco, sem reconhecer nenhum direito trabalhista. É

vergonhoso que no estado de Santa Catarina se admita continuar essa prática. O governador do estado, as demais autoridades estaduais e o comando do Corpo de Bombeiros precisam tomar uma atitude digna das instituições que representam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, que estão neste momento acompanhando e participando da sessão, estimados catarinenses. Também vejo alunos, alunas e professoras, fiquem à vontade, sejam bem-vindos na Assembleia Legislativa. É muito bacana os alunos desde cedo participar e acompanhar a vida pública. Demais catarinenses que estão acompanhando esta sessão de forma presencial ou através dos meios de comunicação.

Gostaria de abordar um tema que já tem sido muito debatido nesta Casa e, de certa forma, o deputado Sargento Amauri Soares, que me antecedeu, já estava debatendo esse assunto, e eu já estava também preparado para falar hoje sobre a questão da segurança pública.

Nós estamos praticamente toda semana recebendo pedidos de diversos municípios para gerenciar o aumento de efetivo policial. Como exemplo, mais uma vez, protocolei no dia de hoje uma proposição solicitando aumento de efetivos policiais militares para o município de Xaxim, e até recebemos um documento mostrando a extrema preocupação daquela comunidade com relação aos níveis de violência.

Portanto, reforçamos o pedido para que a comunidade de Xaxim seja atendida, a exemplo dos demais municípios. Mas a questão da segurança está muito além de ser localizada apenas em um ou outro município com relação à questão do efetivo de policiais.

Com relação ao efetivo de policiais, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. conhece muito

melhor que eu, levantamos dados. E se retornarmos ao ano de 1980, nosso estado tinha cerca de três milhões de habitantes e havia 11 mil policiais. Hoje, temos 6,7 milhões de habitantes, vamos arredondar para sete milhões de habitantes, e temos pouco mais de 11 mil ou 11.500 mil policiais e quem sabe daqui a pouco poderemos estar chegando a 12 mil. Praticamente, deputado Voltolini, o mesmo número de policiais que tínhamos na década de 80, deputados Voltolinis, porque temos dois deputados Voltolini na Assembleia, neste momento, deputado Taxista Voltolini e deputado Eni Voltolini.

Então, em 1980, com 3,2 milhões de habitantes, tínhamos 11 mil policiais. Agora, com 6,8 milhões de habitantes, temos 11.500 policiais. Ou seja, essa é uma questão, mas há também todas as questões de carreira, de satisfação, mas peguei um dado objetivo para falar em termos de números.

Há outra questão importante. A Organização Mundial de Saúde, considera as taxas de homicídio acima de 10 mortes por 100 mil habitantes em um ano como pandêmica, e essa taxa aqui em Santa Catarina é de 11.26%. Portanto, estamos naquela faixa em que a Organização Mundial da Saúde considera pandêmica, considera realmente acima dos níveis pelo menos aceitáveis. O nível aceitável é zero, mas esse zero é uma utopia. Então, trabalha-se com aquilo que está dentro da realidade.

Então, são situações como essas que nos trazem preocupação. Percebemos em Santa Catarina um clima de insegurança, com diversas cidades questionando. Inclusive, um dado recentemente divulgado colocando, por exemplo, uma cidade do oeste como a de maior homicídio, que foi o caso de Chapecó, trouxe, deputado Maurício Eskudlark, grande preocupação, porque estávamos, vamos dizer assim, habituados a falar mais da questão litorânea, quando se falava em altas taxas de homicídios.

E até porque temos fatores específicos que contribuem para essa concentração de desenvolvimento mais próximo do litoral, principalmente a questão da BR-101, que corta os nossos portos que estão aqui e os aeroportos. Como

há uma concentração maior, normalmente, de empresas, indústrias e pessoas, automaticamente também teria um número maior de problemas que precisariam ser resolvidos, inclusive na área da segurança.

Portanto, trouxe essa questão porque entendemos que a segurança é, modernamente, talvez uma das grandes preocupações da sociedade. É claro que aliada às preocupações tradicionais, como o caso da saúde e da educação, que sempre foram, devem e permanecerão como as grandes preocupações da comunidade.

Mas, modernamente, em todas as pesquisas que se faz, o tema de segurança tem vindo sempre como o mais citado.

Então, isso faz com que possamos refletir também que é preciso que Santa Catarina tome uma decisão forte, política, no sentido de priorizar de fato a questão da segurança no estado. Aí envolve desde a parte de aparelhamento da polícia, de condições de equipamentos, de inteligência, de infraestrutura, de veículos, de número de policiais. Enfim, tudo isso faz parte de um contexto que deve ser analisado para que possamos realmente repensar a segurança em Santa Catarina e colocar o estado como uma prioridade.

De imediato, deve haver a contratação de mais policiais. O aumento do efetivo é uma solução que precisa ser tomada, principalmente para esses municípios que têm um número baixo de efetivos da Polícia Militar. Também se referem, em determinados municípios, à própria Polícia Civil, que tem um número abaixo daquilo que é o normal.

Então, fica aqui o nosso apelo para que o governo do estado de fato possa colocar a segurança pública como uma prioridade e olhar com ação e interesse esses números que preocupam e, principalmente, esse dado que se refere ao número de homicídios acima daquilo que a própria Organização Mundial da Saúde entende como tolerável.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Hoje quero falar de Copa do Mundo. Ontem o Felipão, finalmente, apresentou a Seleção Brasileira.

Eu confesso, deputado Neodi Saretta, que fiquei bastante satisfeito com o time, que é jovial, talentoso e ele construiu uma seleção que está dentro do espectro do jornalismo desportivo do Brasil, porque vi que todas as opiniões foram bastante favoráveis.

Eu não sou um *expert* em futebol, gosto de assistir futebol, o meu Criciúma, da cidade de Criciúma, eu que nasci no sul, na cidade de Siderópolis e moro em Rio do Sul, já que não tem mais o Juventus, tem o Criciúma que é o time que nós torcemos.

A gente vê um time com bastante expectativa, experiência para fazer uma bela copa. Além de isso é importante ressaltar quando a se vê grupos de pessoas fazendo movimento de que não vai ter copa, contra os investimentos que estão sendo feitos, não apenas em estádios, mas em obras de mobilidade pública.

É possível que não tenhamos todas as obras previstas, nem todos os aeroportos estarão a contento porque alguns não estarão entregues no todo, mas são investimentos que permanecerão para a sociedade brasileira.

Na semana passada, estivemos em Brasília e aquele aeroporto, hoje, tem cara de aeroporto internacional. Está pronto. É um aeroporto que triplicou o número de passageiros nos últimos cinco anos. As avenidas que estão sendo feitas, o que está se construindo do ponto de vista da lógica da mobilidade, serão obras permanentes. Às vezes a imprensa está entendendo que estão sendo gastos bilhões e bilhões, como se isso não fosse em obras que ficassem para a sociedade, dando ao telespectador e ao ouvinte a impressão de que são obras fantasmagóricas.

Mas esse time da Copa do Mundo já mostra claro que o esporte, o futebol, é um patrimônio cultural da nação brasileira. E os investimentos de financiamentos dos campos de futebol, repito, são financiamentos, são situações extremamente inovadoras.

O estádio de Brasília saiu de uma média de 14.500, mais ou menos, para 60.000 pessoas na média, que passaram a ir aos estádios, pois deixou de ser apenas um estádio de futebol e passou a ser um centro de eventos.

Então, vai ter copa, sim, porque este time de futebol que está aqui mostra claramente que o Brasil tem um time de jovens, um time talentoso, e que nós vamos disputar esta Copa do Mundo com envergadura para sermos campeões.

Além de tudo, temos catarinenses na copa, a exemplo do Maicon, que é da região de Criciúma, e se não me engano também jogou lá em Joinville. O Maicon é da região de Siderópolis, Criciúma. Ele tinha um tio chamado Jucemar que levava o pai dele e ele, quando criança, para cima e para baixo quando ia para aos campos.

Joinville tem o Ramires, os dois estão jogando no exterior.

Então, esta Copa do Mundo vai ser uma marca para o povo brasileiro, porque esta história de que não vamos ter Copa, não estamos preparados, mas os nossos campos de futebol já estão muito melhores do que os campos da África, e a África do Sul fez uma Copa bonita com a sua simplicidade, com a jabulani, que era a bola de futebol; aqui nós vamos ter o tatu-bola, como diz o deputado Sargento Amauri Soares, que é o símbolo do estado brasileiro.

Por isso, quero parabenizar e cumprimentar o Felipão, o Parreira e toda a comissão técnica. Enfim, parabenizar todo o time selecionado.

Ontem apresentamos uma moção para cumprimentar e parabenizar o jogador Daniel Alves que também foi selecionado para a Copa do Mundo. O nosso jogador da seleção que, num ato contra o racismo, quando jogaram uma banana no campo, ele pegou e comeu a banana, fazendo muito bem porque banana é

nutritiva, tem potássio, é bom para a saúde e ajuda a evitar câimbras. Aquele ato simplificado acabou tornando-se numa ação e num ato nacional, internacional de repúdio ao racismo nos campos de futebol. E automaticamente é extensivo a qualquer forma de discriminação, a exemplo da homofobia que se constrói em debates irracionais.

Por isso, também os meus cumprimentos ao Daniel Alves e toda a sua família.

Quero encerrar aqui cumprimentando todas as mães catarinenses, ao saudar e dar um beijo na minha mãe, dona Delícia Lima da Silva, da cidade de Criciúma, pelo Dia das Mães. Cumprimentando também a minha esposa a Dayse Denise B. Lima da Silva e, em nome delas, todas as mães do estado de Santa Catarina e todas as mães do estado brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito seria o deputado Padre Pedro Baldissera, mas teve que se ausentar viajando para o oeste.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, verificamos aqui, colega deputado Neodi Saretta, falando a respeito da criminalidade que é um tema que preocupa muito.

Tivemos, na semana passada, aquele crime bárbaro lá no município de Joinville, infelizmente vamos acostumando com os índices de violência, com as estatísticas, com os números, mas quando sentimos a criminalidade mais próxima realmente temos uma preocupação, porque vemos que não são números, são pessoas.

Como disse a respeito daquele caso de Joinville, aquilo foi uma tragédia anunciada, deputada Luciane Carminatti, pois o homem já havia

sido acusado por várias agressões, era violento, e a nossa legislação é como é.

Antigamente se dizia que a polícia é quem soltava. Depois, começo-seu a criticar a Justiça, porque é o juiz quem solta, mas, na verdade, quem solta é a nossa legislação. Claro que entendo até que os magistrados deveriam, neste momento de alta incidência criminal, na hora da cobrança da legislação, ter um rigor maior. Temos o *in dubio pro reo*, aplicado sempre em caso de dúvida, se não tiver todas as provas, se não tiver todos os argumentos. Mas os ministros em Brasília têm mudado a legislação para interpretá-la em alguns momentos de forma mais rigorosa.

Então, temos indícios de que quando alguém tem o perfil, que é o mesmo perfil do cidadão que praticou o crime em Joinville, a tendência é ser um agressor maior e depois praticar mais homicídios. O perfil da violência contra a mulher é aquele descrito em Joinville, que é um cidadão boa-praça, falante, amigo de todos, cidadão da paz, mas que dentro de casa é violento, agressivo, ciumento, controlador e dominador. E essas questões acabam sempre em homicídio. Então, família, vizinho quem percebe esse perfil de brigas constantes, de uma pessoa controladora, ciumento, pode orientar, buscar ajuda, porque a tendência é que ocorra nestes casos um homicídio.

Então, ontem recebemos aqui a vereadora Norma Espíndola, do município de Navegantes, que nos relatou que no seu município diminuiu o número de homicídios, mas aumentou o número de assaltos em estabelecimentos comerciais, em mercados, padarias e postos de gasolina. Ontem li algumas notícias desses crimes em Camboriú. Então, reduz o número de homicídios, porque são esses casos passionais ou é briga de quadrilhas. Antigamente eram divisas de terras que ocasionavam crimes, os advogados até queriam pegar o júri para fazer, porque dava um debate acirrado para saber se foi em legítima defesa. Hoje, não tem mais júri, porque quem mata hoje morre amanhã.

Então, é uma guerra de bandidos, uma guerra de facções. Já citei que em Florianópolis houve, num período de dez anos, mil homicídios. Não tivemos nem júri, só alguns, porque é guerra de quadrilha, é guerra do tráfico, normalmente menores. A sociedade não vê, mas começa a perceber quando ocorre um fato mais violento, como o de Joinville. E vemos o esforço do governo do estado para melhorar a segurança pública.

Em algumas cidades, os postes para câmeras de segurança já estão colocados há mais de um ano, mas não conseguem ligá-las na rede por causa da burocracia. Ainda bem que o secretário da Segurança é um promotor, porque, normalmente, o promotor cobra que se faça. Em alguns municípios, onde foram concluídas as licitação, as empresas que perderam a concorrência da fibra ótica entraram na Justiça, que acaba sendo morosa, vai decidir o que será feito.

Então, mesmo com todo esse investimento que o governo tem feito em equipamentos de segurança, foram entregues 1.700 viaturas em Santa Catarina, tem-se uma dificuldade muito grande, principalmente quando entra na questão da licitação. A licitação vira um problema, um cartel. Quando as empresas se acertam, fazem uma divisão e, quando não, vira essa briga, uma briga, primeiramente, de recursos judiciais.

Consultei outro dia os secretários de Segurança de alguns municípios e as coisas estão emperradas por questões de briga judicial pelas empresas que querem prestar esse serviço. E esse monitoramento é muito importante principalmente por coibirem o roubo nos estabelecimentos comerciais, próximos às escolas. São ambientes que podem ser monitorados. E isso inibe a criminalidade.

Então, precisamos ter mais rigor na aplicação da lei, um local para colocar esses marginais e investir nessa tecnologia. No município de Navegantes, na Câmara de vereadores, debateu-se bastante essa questão da criminalidade nesta semana. Em alguns municípios reduziu-se um pouco a

criminalidade no período, como é o caso de Camboriú e Itapema.

E nos municípios onde a criminalidade cresce com base nas estatísticas, as autoridades policiais têm que atuar, a exemplo de Itajaí, com a criação da guarda municipal, que acho importante, pois faz a vigilância de estabelecimentos públicos e a Polícia Militar fica liberada para realmente combater a criminalidade. Com toda a criminalidade que há hoje, não podemos ter policial militar aplicando multa e cuidando do trânsito, e um jovem agente de trânsito pode fazer isso. Precisamos que efetivamente o efetivo da Polícia Militar esteja a serviço do combate à criminalidade.

A aplicação de multa, a parte administrativa já não é atividade da Polícia Militar, que está preparada para combater a criminalidade e assim deve agir.

Então, acho importante todas essas ações que estão sendo desenvolvidas na região. E vamos esperar mais ações da secretaria de Segurança Pública para entendermos as dificuldades que têm sido causadas pelos recursos, pela burocracia, enfim, tudo que envolvem essas licitações.

Para finalizar, em nome da bancada do PSD, desejar um feliz Dia da Mães, no domingo, mas todo dia é Dia das Mães. Nós que lidamos com a segurança vemos a diferença quando se vai a uma creche, que é um lado bom; e a um presídio, onde se vê somente sofrimento da mãe, querendo até ficar no lugar do filho. Então, quero homenagear essas mães que são tão importantes, que cuidam, que se dedicam, que sofrem. Pena que os filhos apenas entendem tudo isso quando já estão velhos demais, infelizmente, é o ciclo da vida. Os filhos deveriam conseguir entender o que é ser mãe, o que é ser pai mais cedo, porque realmente, às vezes, vemos situações que são comoventes, pelo sofrimento dos pais, principalmente, da mãe.

Tenho acompanhado vários casos de famílias sofrendo e fico comovido.

Então, em homenagem a esse amor incondicional, a esse amor de mãe, a nossa homenagem, a minha

homenagem pessoal a todas as mães, em especial a minha mãe, dona Juventina, ministra da igreja em Campinas, com quase 80 anos, ativa, dando apoio ao padre Hélio e a toda aquela equipe da igreja.

Nossa homenagem a todas as mães por esse amor incondicional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. Deputado Eni Voltolini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Bom-dia, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados!

Na vinda, nesta manhã, para Assembleia, deparei-me com uma situação que não é inusitada. Só que ela começa a fazer parte cada vez mais do dia a dia das gestões. Refiro-me a uma manifestação de suspensão dos serviços públicos de transporte coletivo, no município de Florianópolis.

Nós tivemos que aguardar na fila, porque algumas pessoas resolveram interditar a passagem de todos os veículos e uma delas dizia: "Eu não tenho dinheiro para comprar veículo e se eu não posso andar de transporte coletivo, vocês têm que ficar parados."

Parece que nós estamos exacerbando nos direitos de algumas pessoas. Isso nos obriga a fazermos uma reflexão. Até que ponto a nossa responsabilidade pode invadir o direito de outras pessoas? É justo questionarmos a interrupção de um serviço público, mas eu não me alinho à ideia de que essas pessoas possam impedir outras pessoas de trabalhar, porque cada um de nós possui o seu desafio.

E na questão de transporte coletivo ou de qualquer outra concessão de serviços, talvez tenha chegado o momento de inserirmos cláusulas de responsabilidade maior. Entendo que os municípios muitas vezes têm a necessidade de conceder serviços, porque não tem a autonomia para isso.

Falava-se há pouco do número de policiais, deputado Neodi Saretta e deputado Sargento Amauri Soares, mas existe hoje uma regra para gastos com folha também, que cria um processo de limitação e que faz com que o governante ao ultrapassar esse limite, fique sujeito às penalidades próprias para isso. Muitas vezes, então, há necessidade desse ajuste e dessa compatibilização.

E gostaria de ver inserido nas cláusulas de concessão a responsabilidade de o poder concedente transferir a um concessionário para exigir que ao conceder-se um serviço público, ele tenha continuidade a qualquer preço. Porque se eu, que sou o poder concedente, entrego a alguém a condição de prestar um serviço, e esse outrem vai usufruir financeiramente inclusive disso, também temos que exigir a continuidade da prestação de serviço.

E essa questão precisa ser mais tocada. Limite de gasto com folha, necessidades de prestar serviços públicos cada vez mais eficientes, mas também o regramento legal precisa acompanhar isso. Essa é uma questão que tirei do dia a dia, certamente não de Florianópolis, mas principalmente das cidades maiores.

E isso remete a outra questão abordada ontem pela deputada Angela Albino, quando falava de uma atitude em São Francisco do Sul, onde o município se esforça desesperadamente para ter serviços de saneamento básico - é bom que entendamos que saneamento básico é constituído por quatro vertentes: água, esgoto, macrodrenagem e destinação de resíduos. As pessoas do referido município, por ser balneário, não vão apenas para observar, elas vão para usufruir os benefícios da natureza. É inconcebível, portanto, que o município balneário, seja qual for, permita que a poluição das águas seja um caso presente. E o esforço de São Francisco do Sul e, lá estava como secretário de Meio Ambiente até poucos dias atrás, entendendo que não havia recursos suficientes ao poder público para criar endividamento suficiente para fazer frente aos custos de implantação de

rede de coleta e tratamento de esgoto deve, sim, dentro da forma legal e correta buscar parcerias.

Então, não sei até que ponto podemos comemorar quando esse esforço é prejudicado, porque será cobrado certamente do governante aquilo que está sendo cobrado aqui em Florianópolis: a qualidade de prestação dos serviços públicos, como a qualidade no saneamento básico também.

Assim, é uma tarefa que todos nós, legisladores e executivos, precisamos entender e convergir, porque se não iremos tratar essas questões muito mais pelo enfoque partidário, tão-somente, e este ano é muito propício para isso para que a discussão desfoque e em vez de enfocarmos o desenvolvimento e crescimento de um estado ou de um município, começamos a discutir qual é a atitude a tomar para prejudicar o meu eventual adversário político. Assim, começamos a fazer a coisa errada.

Portanto, essa é a questão que o PP traz nesta manhã de quinta-feira, para reflexão. Reconheço o grau de responsabilidade de todos nós, mas precisamos nos unir em defesa da melhoria dos serviços públicos e não criarmos dificuldades apenas por questões, às vezes, meramente político-partidárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu gostaria de cumprimentar o presidente, os srs. deputados e todos que nos acompanham pela TVAL.

Quero registrar, também, a presença do prefeito do município de Entre Rios e toda sua equipe que estão presentes nesta sessão.

Sejam bem-vindos!

Quero destacar, neste momento, a viagem que fizemos a Brasília, no dia 30 de abril, onde tratamos de vários temas que são muito caros para

o Partido dos Trabalhadores, que tem história de luta e que tem envolvimento. Em primeiro lugar o tema das pessoas com deficiência.

Nós identificamos no ano passado quando da vinda da ministra de Direitos Humanos a Santa Catarina, especialmente no município de Chapecó, a ex-ministra, Maria do Rosário, a necessidade de envolvermos os prefeitos catarinenses no sentido de garantirem a adesão ao plano lançado pelo governo federal, o chamado Programa Viver sem Limites.

Esse programa que é voltado à inclusão das pessoas com deficiência permite desde o acesso à saúde, à educação, à moradia e equipamentos públicos, como também compromete as prefeituras em relação à acessibilidade.

Então, é um tema que o Partido dos Trabalhadores tem abraçado muito. E naquela ocasião a ex-ministra reclamava da pouca adesão de Santa Catarina e do pouco envolvimento do nosso estado na execução desses programas. E nos dizia que não basta apenas assinar o plano, e Santa Catarina foi um dos últimos estados a assinar, mas também temos que criar os nossos próprios planos e tratar deste tema da inclusão com mais afetividade, com mais carinho.

Então, tratamos deste assunto com o secretário Claudinei, que é o secretário executivo da secretaria dos Direitos Humanos, hoje, coordenada pela nossa ministra Ideli Salvatti. E se desenhou a realização de um evento com os prefeitos, justamente para tratar da adesão a esse plano.

Então, creio que é uma tarefa importante que faremos em conjunto com a comissão de Pessoas com Deficiência, na figura do deputado José Nei Ascari, e com a comissão que presido, que é a comissão de Direitos Humanos.

Quero destacar a boa relação com essa secretaria, porque entendemos que tendo uma ministra catarinense à frente deste tema, a nossa comissão de Direitos Humanos precisa ter uma relação ainda mais próxima.

Da mesma forma, trabalhamos também na realização, no dia 24 de setembro, que é o Dia

Estadual de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, de um evento que acontece no município de Xanxerê, onde há um fórum hoje bastante organizado e já com uma política consolidada, de discussões em relação a esse tema, que busca justamente de prevenir o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil.

Então, há uma grande expectativa de que a própria ministra possa fazer-se presente no dia 24 de setembro neste fórum organizado pelas entidades, especialmente pelas pastorais, em Xanxerê.

Outro tema abordado é com relação às experiências hoje que a secretaria de Política para Mulheres vem desenvolvendo no Brasil como um todo e nós queremos dar uma força maior em Santa Catarina.

Somos quatro parlamentares mulheres nesta Casa, e agora temos também a deputada Ada Faraco De Luca, e sentimos que o governo do estado deixa muito a desejar no tema das políticas públicas para as mulheres. E embora existam algumas leituras machistas que dizem que também teremos que tratar a política para os homens, para crianças e para os idosos! Quero dizer que é isto mesmo, nós temos diferenciações e todos devem compreender que quando se mexe com a mulher, estamos envolvendo os filhos e a violência doméstica, que tem avançado muito, infelizmente.

Então, temos que tratar com muito carinho, com especificidade o tema da violência, porque quando uma mãe sofre violência doméstica - e as pesquisas têm apontado que, normalmente, isso ocorre na frente dos filhos, o que é ainda mais grave, porque estamos educando gerações para a violência, e aí não adianta aumentar o poder do estado, o aparelhamento do estado, se não se educar a infância para o amor, para a paz, para o respeito, para a tolerância -, não é um debate somente para cuidar das mulheres, mas, sim, para cuidar da sociedade, é para que os homens cresçam com respeito às mulheres, é para que os filhos cresçam percebendo que a mãe tem que ser bem tratada, e que a sua esposa, a sua namorada não é um objeto

seu. Portanto, é preciso ter muito carinho, muito respeito e amor. E foi nesse sentido que também tivemos uma boa conversa na secretaria de Política para as Mulheres, para que seja dada mais dinamicidade a esses programas federais, para que os municípios abracem mais esses programas, mas especialmente, para que o governo do estado comande essas políticas.

Hoje, podemos sentir como a coordenadora da secretaria de Política para as Mulheres tem dificuldade para avançar, porque não há equipe, não há política, não há estrutura, não há recurso, apenas discurso. Por isso, precisamos de um comando para articular esses programas. E os municípios estão à frente do estado. Eu falava, por exemplo, do município de Quilombo, que já tem projetos e está aguardando recursos; assim como o município de Pinhalzinho, de São Domingos, de Dionísio Cerqueira, que estão olhando para as políticas dedicadas às mulheres com muito carinho, com muita seriedade, com muita responsabilidade, faltando apenas que o estado também olhe para isso.

Nós tratamos de outros temas, alguns graves, eu diria, para o estado, e eu vou me comprometer e me dar ao direito de reservar e não falar neste momento sobre eles, porque são temas que precisamos costurar melhor, mas acredito que teremos boas respostas com relação a algumas questões no nosso estado.

Então, as nossas audiências foram nesse sentido. Também tivemos o anúncio que a partir de agosto todas as secretarias municipais de Educação, poderão fazer o seu PAA - Plano de Ações Articuladas -, prevendo escolas, creches, reformas, formação continuada, enfim, investimentos na área de educação a partir de janeiro do ano que vem. Portanto, o MEC abre o cadastro a partir do mês de agosto e todos os municípios precisam dizer o que é prioridade.

Também quero destacar o anúncio feito - e o deputado Eni Voltolini falava muito bem do saneamento como uma questão importante e necessária, na qual temos que avançar muito, pois

temos muito pouco em nosso estado -, na última terça-feira, de que o PAC 2, destinou R\$ 130 milhões à Santa Catarina para obras de saneamento, esgotamento sanitário e abastecimento de água.

Em Santa Catarina 24 municípios com até 50 mil habitantes foram contemplados, 22 municípios com obras de esgoto e dois municípios com obras de drenagem e também abastecimento d'água.

Então, é muito importante destacar isso porque aquela era de que investir embaixo da terra não valia à pena já se foi. Hoje o pensamento mais consciente e moderno sabe que investir embaixo da terra é investir na saúde das pessoas que estão em cima dela. Então, faço aqui um contraponto para dizer o quanto são importantes esses investimentos.

Somam em torno de quase R\$ 3 bilhões repassados a 635 municípios. Para quem acha que é pouco, devo dizer que em 2002 tínhamos em saneamento R\$ 1 bilhão, e em 2014 temos R\$ 37,8 bilhões. Para quem acha que é pouco, eu fico com os R\$ 37,8 bilhões de investimentos em saneamento no nosso governo!

Queremos dizer ainda que no próximo domingo iremos comemorar o Dia das Mães. E aqui talvez muitas mulheres que estão trabalhando na Assembleia Legislativa como terceirizadas, comissionadas, servidoras efetivas e deputadas são mães. Eu digo sempre que o melhor presente que a mãe pode ter no seu dia é saber que ela tem filhos com saúde e felizes.

Eu vou falar às mães professoras, agricultoras, servidoras e donas de casa. Em nome do Partido dos Trabalhadores, quero dizer, como mãe, que tenho três filhos: uma filha de 18 anos que cursa Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina; uma filha de 12 anos, que é uma criança e estuda numa escola pública em Chapecó; e o Guilherme, que foi o meu último presente maravilhoso, um menino lindo de 16 meses.

Eu trabalho todos os dias pensando nos filhos porque quero, assim como todas as mães querem, que este mundo seja melhor. E os filhos nos dão essa

energia para lutar para esse mundo ser melhor, inclusive para eles.

Então, feliz Dia das Mães!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. colegas deputados, público que acompanha a nossa sessão na manhã de hoje através da TVAL, da Rádio Alesc Digital e também presente aqui em plenário, assomo a tribuna no horário do PSDB para, como presidente da comissão de Finanças e Tributação, mais uma vez, estender um convite não somente aos srs. deputados e as sras. deputadas, mas a todos que têm interesse nessa questão do Orçamento.

Depois de amplo debate em que os srs. deputados e as sras. deputadas contribuíram para a fixação do calendário deste ano e também do número de audiências a serem realizadas, já que estamos num ano diferente, num ano em que temos um calendário eleitoral pela frente que já nos inibe em algumas ações, e há também a questão da Copa do Mundo, que nos próximos 30 dias também estará no cenário brasileiro e catarinense, tivemos que mudar um pouco a nossa fórmula para este ano e também o formato das atividades de uma forma geral.

Diante disso, decidimos este ano realizar 13 audiências públicas, ao contrário do ano passado, quando realizamos 34. O objetivo, deputado Eni Voltolini, era fazer 36 audiências públicas, no sentido de oportunizar a todas as SDRs, através da sua divisão geopolítica com os municípios que as compõem, terem essa audiência pública.

Mas decidimos, então, concentrar em 13 audiências públicas assim distribuídas: dia 15, que já é na próxima semana, estaremos iniciando o nosso roteiro na primeira audiência pública no

alto vale do Itajaí; na quinta-feira, às 9h, na cidade de Rio do Sul, onde iremos então concentrar todos os municípios que compõem o alto vale através das secretarias Regionais de Ibirama, Ituporanga, Taió e Rio do Sul; no mesmo dia, quinta-feira, à noite, estaremos com a nossa audiência pública sendo realizada em Blumenau, onde haverá então a concentração dos municípios que compõem a SDR de Timbó e Blumenau; na sexta-feira, já na parte da manhã, às 9h, estaremos na cidade de Joinville, onde também estão convidados os municípios que compõem, além de Joinville, a SDR de Jaraguá e Rio do Sul; e na sexta-feira, à tarde, em Itajaí, também haverá audiência pública com os municípios que compõem a SDR de Brusque e Itajaí. Com isso, encerrando a primeira semana de audiências públicas.

Na próxima semana, no dia 22 de maio, ou seja, na quinta-feira, estaremos em Criciúma, às 9h, concentrando os municípios de Araranguá e Criciúma; e à noite, em Tubarão, onde também estão convidados os municípios de Braço do Norte, que compõem a SDR de Braço do Norte e Laguna. Naquela semana haverá a concentração de duas audiências públicas.

Na outra semana, dia 26, será a vez da Grande Florianópolis, aqui mesmo, na cidade de São José, quando será a oportunidade dos municípios da Grande Florianópolis.

E na primeira semana de junho, aí sim, fazemos um grande roteiro no meio-oeste, no oeste, no planalto e na serra catarinense, iniciando por São Miguel d'Oeste, dia 02, às 9h; depois, em Chapecó, na segunda-feira, à noite, às 19h; e em seguida, em Concórdia, na terça-feira; e Videira, na terça-feira, à noite. Na quarta-feira pela manhã, Canoinhas; encerrando na quarta-feira, à noite, na cidade de Lages.

Com isso, deputado Eni Voltolini, estamos cumprindo, mais uma vez, primeiro o que preceitua a nossa Constituição do Estado, que é a emenda constitucional que foi aprovada e está em vigor que prevê as audiências públicas, e também aquilo que entendemos ser uma necessidade, que é darmos

amplo conhecimento, ampla oportunidade para os municípios de Santa Catarina participarem da Peça Orçamentária.

Este ano, deputado Dirceu Dresch, vamos ter a novidade de a secretaria da Fazenda, através da diretoria de Planejamento e Orçamento, participar das audiências públicas e prestar contas de todas as emendas aprovadas nos últimos quatro anos, da fase em que ela se encontra, se ela já foi executada, se está em execução, se está em licitação ou se está paralisada. E por que estaria paralisada?

O acordo feito entre o Executivo e Legislativo, e aqui quero mais uma vez dizer que por parte da Assembleia nós fizemos todo o nosso compromisso, que ele foi totalmente honrado, todas as emendas foram incluídas, tanto do PPA, na LOA, como na LDO, e por parte do governo do estado, aos poucos, estamos aumentando a realização dessas emendas. Quero aqui fazer justiça ao atual governo, na pessoa do governador e também do secretário da Fazenda e demais secretarias do estado, que estão, pela primeira vez, se dedicando para que as emendas e o Orçamento Regionalizado possam efetivamente ser realizados.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. deputado, agradeço o aparte e o parabenizo pela condução dos trabalhos da comissão, um trabalho muito sério, democrático, em que discutimos muito como iríamos fazer este ano, que é um ano especial para nós, também ano das eleições, ano de Copa do Mundo, mas conseguimos fazer um acordo por meio de uma sugestão que define parar as sessões aqui apenas por uma semana, justamente por entender a importância de manter o Orçamento Regionalizado.

Assim, a comissão vai fazer um esforço, a equipe toda, e os deputados vão se concentrar mais na segunda-feira, na quinta-feira e na sexta-feira, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho, cumprir a nossa função durante a semana

aqui e ter somente uma semana, quando não haverá sessão.

Então, penso que achamos um caminho democrático, um caminho importante, pois vamos fazer o debate nas regiões, mas também vamos manter as nossas sessões e cumprir a nossa função nesta Casa.

Quero agradecer a v.exa. pela forma democrática como vem conduzindo a comissão no que se refere a este tema e também a outros temas, e esperamos que cada vez mais consigamos melhorar a ação do governo, de fato, de respeitar as regiões e o Orçamento Regionalizado que esta Casa construiu e vem construindo nos últimos anos.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Dirceu Dresch, pelo seu aparte e pelas suas palavras de incentivo. E v.exa. lembrou bem. No ano passado, tentamos e fizemos um acordo com a Presidência da Casa em manter as sessões ordinárias e acabou não dando certo. Alguns deputados tiveram problemas, havia votação em Plenário e alguns deputados estavam em audiências públicas ou tinha que faltar à audiência pública e estar em Plenário e, muitas vezes, na sua própria região. Isso trouxe problema!

Então, este ano entendemos que é necessária a suspensão dos trabalhos no plenário e, por isso, concentramos nas segundas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras as audiências para facilitar que às terças-feiras e quartas-feiras haja a manutenção das sessões em plenário. Apenas uma semana pedimos a sua suspensão, a primeira de junho, quando é necessário esse grande roteiro pelo oeste de Santa Catarina, pelo planalto, enfim, pelas várias regiões do estado.

Deputado Eni Voltolini, quero me reportar aqui ao início do Orçamento Regionalizado, quando foi apresentada a emenda pelo Partido dos Trabalhadores, que teve o consenso dos 40 deputados estaduais. Mas o primeiro deputado estadual a falar sobre o Orçamento Regionalizado foi o deputado Wittich Freitag, para que cada região pudesse escolher as suas obras

prioritárias. Ele foi o primeiro a se pronunciar sobre a necessidade de regionalizar o Orçamento.

Com isso, depois veio a emenda constitucional em vigor há 16 anos, e aos poucos, vamos mudando essa cultura, talvez seja a única Assembleia Legislativa, deputados, que tem o Orçamento Estadual discutido por meio de audiências públicas.

Então, isso é um modelo catarinense e que precisamos preservar. Peço, mais uma vez, a todos os deputados que compareçam nas audiências públicas no sentido de incentivá-las e também de participar, efetivamente, do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n.: 0009/2014.

Comunica também que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0002/2014; 0018/2014; 0020/2014; 0021/2014; 0031/2014; 0355/2013; 0718/2013 e 0726/2013.

Por fim, comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0049/2014; 0609/2013 e 0680/2013.

A comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável ao Ofício n.: 0010/2014.

Essa Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0222, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0223, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0224, de autoria do deputado Neodi Saretta.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0420, 0421, 0422 e 0423, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0424, 0425, 0426, 0427, 0428 e 0429, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Finda a Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que suspenderá a sessão por dez minutos, conforme requerimento do deputado Neodi Saretta e com a anuência dos

líderes, para que assome à tribuna o sr. Mário Antônio da Silva, coordenador do Sintesp.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero prestar o nosso reconhecimento, cumprimentando a todos os servidores, agentes prisionais que aqui estão e também o reconhecimento da causa, que é justa pela importância do serviço para a sociedade que a secretaria da Justiça e Cidadania tem em Santa Catarina tem prestado. Em nosso nome e em nome do Parlamento o reconhecimento pelo trabalho e também pelas reivindicações que são justas. Nenhuma conquista da sociedade poderá ser suficientemente boa se não vier acompanhada da segurança pública. Por isso, é importante que o estado como poder público reconheça e também remunere de maneira adequada o quadro de funcionários dessa secretaria. Fica aqui o nosso reconhecimento e apoio à luta de todos vocês.

Quero, nesta manhã, falar um pouco a respeito do nosso Código Ambiental, que há dois anos foi aprovado em nível federal, através da Lei n. 12.651, e até o dia de hoje ainda não foi implantado, e o que é pior, em função do Cadastro Ambiental Rural, que ficou de ser regulamentado, centenas, milhares produtores rurais, que já foram penalizados e são pela lei ambiental, sendo obrigados a cumprir uma série de requisitos para manter suas atividades rurais, em contraponto que o empresário da cidade não tem a mesma exigência, mesmo assim, centenas de produtores que precisam retirar a licença ambiental, sejam suinocultores, avicultores, rizicultores, não conseguem fazê-lo porque o governo federal não regulamentou o Cadastro Ambiental Rural.

Dois anos se passaram e, agora, somente nesta segunda-feira, a presidente da República, através do Decreto Presidencial n. 8.235, assinou esse

decreto que vai possibilitar a partir daí que o Ministério do Meio Ambiente baixe a instrução normativa de como os estados irão proceder para a realização do Cadastro Ambiental Rural para que a partir daí as pessoas possam retirar licenças ambientais, fazer transferências de imóveis de um proprietário para outro a titularidade.

E em Santa Catarina temos mais de duas mil escrituras para serem elaboradas, mas de dois mil agricultores estão aguardando essa regulamentação para poder transferir ou receber as suas propriedades, para poder tirar licenças ambientais que possibilitem a execução de suas atividades rurais, aguardando pelo poder público e que deveria obrigatoriamente ser eficiente, rápido, mas infelizmente mais uma vez a sociedade paga pela demora da atividade pública.

E quando vimos nas pesquisas a avaliação da sociedade a respeito da efetiva ação do poder público em benefício do povo, pois o mesmo existe para gerir as questões da sociedade, levar dois anos para baixar um decreto que regulamenta um cadastro, realmente nos faz refletir de que os agricultores, que a agricultura familiar também não é levada a sério com a devida importância que merecem pelos governos, principalmente neste caso aqui pelo federal, que demorou tanto para tomar as suas ações.

Agora, isso é importante porque regulamenta a questão da reserva legal nas pequenas propriedades, pois Santa Catarina até quatro módulos terá um tratamento diferenciado e isso para nós é importante porque o nosso estado é pequeno, mas é um grande produtor de alimentos e tem uma topografia acidentada e diferenciada dos demais, que exige uma interpretação da lei de maneira diferenciada para que não penalize mais uma vez o setor produtivo de Santa Catarina, que é exemplo pela sua eficiência e alta produtividade.

Por isso, a preocupação nossa de que a Fatma esteja devidamente aparelhada e em condições de atender essa demanda que vem agora de como iremos proceder em relação ao Cadastro Ambiental Rural aqui no estado.

Nós sabemos que a secretaria da Agricultura já treinou técnicos da própria Epagri, técnicos das prefeituras, dos Sindicatos Rurais, no sentido de atender gratuitamente os nossos agricultores, deputado Voltolini, v.exa., que é Engenheiro Agrônomo, ligado ao setor, estamos preparados para assim que o governo federal, a Fundação de Meio Ambiente regulamentar a forma, tiver o sistema de Tecnologia de Informação pronto, proceder ao cadastro.

Nós temos aqui em Santa Catarina 195 mil propriedades rurais. No Brasil próximo a seis milhões de propriedades que tem o prazo de um ano para serem cadastradas, podendo ser prorrogados por mais um ano, mas quem não estiver cadastrado estará impedido de tomar financiamentos, de tirar licenças ambientais e uma série de outras normas. Nós temos agricultores que tomaram financiamentos para construir aviários e nesse período não conseguiram licença, já estão vencendo as primeiras prestações e o agricultor ainda não pode realizar o investimento em função da falta da regularização, da implantação do cadastro ambiental rural no Brasil.

Então é uma ação importante, não para ser comemorada, porque já chega muito atrasada, mas é um passo que se dá para facilitar a vida dos pequenos agricultores de Santa Catarina, que, aliás, o poder público tem criado muitas regras, muitas normas, que fazem com que o agricultor hoje perca boa parte do tempo que poderia ser para estar tocando sua atividade e acaba ficando atrás de cumprir normas burocráticas que dificultam a sua vida e oneram a sua atividade que, na verdade, merecia ter uma facilitação da atividade rural, uma desburocratização das atividades.

Nós precisamos nos próximos anos pensar de maneira diferenciada, tratar o cidadão como cidadão de bem, honesto, e punir os desonestos, mas sem que para isso seja necessária a criação de novas leis, de novos instrumentos, de novos órgãos, para controle, para fiscalização, que no Brasil nós já temos em número excessivo.

Quero aqui pedir para a Fatma, para secretaria de Desenvolvimento Sustentável, para o governo do estado, para a Casa Civil, para o governo do estado, que agilize em função da instrução normativa do ministério do Meio Ambiente, o mais rápido possível, a implantação do CAR em nome dos 195 mil agricultores de propriedades rurais que nós temos em Santa Catarina.

Quero aproveitar para registrar em nome do Partido Progressista, que tem como bandeira também o apoio à agricultura e o apoio à microempresa a nossa satisfação na tarde de ontem de termos aprovado aqui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte de Santa Catarina. Esse sim é um avanço que merece ser comemorado por todos os empreendedores de pequenos empresários de Santa Catarina que são na verdade os grandes responsáveis pela geração da maioria de empregos. Sessenta por cento dos empregos gerados em nosso estado, deputado Taxista Voltolini, são gerados pelas micro e pequenas empresas de Santa Catarina, que agora terá um tratamento diferenciado por parte dos órgãos públicos estaduais em função da aprovação do estatuto.

Quero prestar a nossa homenagem ao Dia das Mães pelo papel que elas exercem na sociedade, na família, em nome da minha mãe, dona Rosa Matos, da minha esposa Juçara, quero cumprimentar todas as mães de Santa Catarina e do Brasil, desejando-lhes muitas felicidades. É uma data para ser comemorada, mas, na verdade, todos os dias é Dia das Mães. Elas têm durante toda a sua vida uma missão que nunca termina. E são responsáveis, sem dúvida nenhuma, pela estruturação da família e muito também pela estruturação da sociedade.

Então fica aqui a nossa homenagem e o reconhecimento a todas as mães catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados, sras.

deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, primeiramente gostaria de registrar a presença do dr. Raul Zucatto, esta pessoa maravilhosa, que tem prestigiado às sessões desta Casa, e que tem muito contribuído para o desenvolvimento do nosso estado, especialmente na área da engenharia, com o novo processo agora, e que também teremos um evento grandioso na capital do nosso estado na área da engenharia agrônoma, se faz presente acompanhando essa sessão ordinária. Em nome do dr. Raul Zucatto eu cumprimento todos que nos prestigiam com a sua presença, assim como o meu querido dr. Benjamin Coelho, companheiro da cidade de Blumenau. Sejam todos muito bem-vindos a esta Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

O que me traz à tribuna, sr. presidente, deputado Jailson Lima, e demais parlamentares, é que ontem me dirigi a Criciúma para participar de um evento para o qual fui convidada, uma palestra na Unesc - Universidade do Extremo Sul -, com relação à área da saúde, enfermagem, que estamos comemorando na próxima semana, nos dias 12 a 20 de maio, o Dia do Enfermeiro, eu que sou desta categoria, e lá estava ocorrendo a palestra sobre o protagonismo do ato de cuidar na área da saúde para estudantes, para enfermeiros e para a comunidade acadêmica.

Eu fui muito bem acolhida pelo dr. Gildo Volpato, pelas enfermeiras, também pela pró-reitora na área de extensão, que é a enfermeira Luciane, a professora Ioná e a professora Maria Tereza, e tantas outras que de forma muito carinhosa nos receberam naquela instituição de ensino, que tem crescido muito, e eu me admirei da qualidade de ensino prestado por aquela instituição.

Mas no trajeto até o município de Criciúma, deputado Jailson Lima, eu fiquei muito encantada com a obra de arte que está sendo construída, que já estamos acompanhando há muito tempo, que é a Ponte de Laguna, a Ponte Anita Garibaldi, que realmente é uma grande obra de engenharia, é uma obra de arte, é uma beleza a ponte, e que vai

facilitar muito o trânsito na duplicação da nossa BR-101.

E durante todo esse trajeto, deputado Jailson Lima, eu vi vários caminhões saindo do município de Içara e Criciúma, que estavam indo para a cidade de Blumenau, são os caminhões que amanhã serão entregues a vários municípios de Santa Catarina, são 69 cidades, é um programa do governo federal, promessa da nossa presidente Dilma Rousseff, que vai ser cumprida. Vão ser entregues: uma motoniveladora, uma retroescavadeira e um caminhão-caçamba. São caminhões novinhos, deputado Taxista Voltolini, e que os municípios de Benedito Novo, Timbó, da nossa região do médio vale do Itajaí, estarão recebendo amanhã do governo federal, da nossa presidente Dilma Rousseff, do deputado Décio Lima e com a nossa ministra Ideli Salvatti. É a última peça desses equipamentos que irão beneficiar os nossos municípios.

Além disso, eu fiquei muito feliz, porque era uma frota de caminhões passando pela BR-101, que serão entregues conforme acordado entre os prefeitos e a presidente Dilma Rousseff, que seria a última etapa de entrega desses equipamentos. Os prefeitos já receberam a motoniveladora, as retroescavadeiras, e agora o que faltava eram esses caminhões.

(Passa a ler.)

"O governo da presidenta Dilma Rousseff tem levado desenvolvimento a todas as regiões do país e em todas as áreas, srs. parlamentares e público catarinense. O governo federal tem investido como nunca nos municípios brasileiros e disponibilizado recursos para a resolução de gargalos históricos como é o caso do saneamento básico" - e que é um problema para o nosso país, e o presidente Lula, muito espertamente, pressentiu essa necessidade de fazer investimentos em saneamento básico - "e o transporte público."

Nós temos uma grande frota de veículos particulares, mas o investimento no transporte público faz-se necessário principalmente nos grandes municípios.

(Continua lendo)

"A presidenta Dilma Rousseff criou alguns programas, e um desses é o programa Pró-Transporte que visa financiar, ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e a mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda e contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, como também para a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente."

Se investirmos no transporte público, vamos oportunizar às pessoas deixarem os seus carros em casa e trabalhar a questão da mobilidade urbana, que é um desafio muito grande para os nossos prefeitos e governadores.

(Continua lendo)

"E que pode ser financiado através desse programa? São financiáveis no âmbito do programa Pró-Transporte as seguintes modalidades: implantação, ampliação, modernização e/ou adequação da infraestrutura dos sistemas de transporte público coletivo urbano, incluindo-se obras civis, equipamentos, investimentos em tecnologia, sinalização e/ou aquisição de veículos: veículos do sistema de transporte sobre trilhos", que é um desafio. E acho que estamos muitos atrasados nesse tipo de transporte e precisamos, nos municípios do estado de Santa Catarina, desenvolver esse sistema de transporte que já tem dado certo em outras partes do mundo. E agora, com a vinda da Copa, também alguns municípios e estados brasileiros vão ter esse transporte sobre trilhos, como já acontece, por exemplo, no estado de São Paulo.

Mas, no tempo que me resta, quero me ater aqui também, além desse programa Pró-Transporte, à questão do saneamento básico e a um grande evento que vai ocorrer amanhã nas cidades de Blumenau, Balneário Camboriú e Camboriú.

V.Exa., deputado Taxista Voltolini, que mora na nossa região, está convidado para prestigiar essa grandiosa obra e ver essa satisfação, esse sorriso e esse agradecimento dos nossos prefeitos à nossa presidenta Dilma Rousseff devido aos

investimentos que ocorrerão nessas regiões do médio vale do Itajaí e também na foz do rio Itajaí.

(Continua lendo)

"O governo federal irá assinar amanhã, srs. parlamentares, investimentos de mais de R\$ 143 milhões para obras de mobilidade urbana em quatro municípios catarinenses: Blumenau, Balneário Camboriú, Camboriú e Navegantes.

A assinatura dos contratos entre as prefeituras desses quatro municípios e a Caixa Econômica Federal acontecerá amanhã, sexta-feira, dia 9 de maio, com a presença, como já bem mencionei, da ministra Ideli Salvatti, do deputado federal Décio Lima e de outros parlamentares.

Os recursos são do orçamento do Programa de Aceleração e Crescimento - PAC 2/Programa Pró-Transporte e destinam-se à melhoria do sistema viário desses quatro municípios. A assinatura dos contratos será realizada em três etapas: em Blumenau, às 10h; Camboriú, às 14h; e em Balneário Camboriú, às 16h, onde também será assinado o contrato de convênio com a prefeitura de Navegantes.

Com o PAC 2 o governo federal tem garantido recursos para a melhoria da mobilidade urbana dos municípios brasileiros, como também essa ação do programa Pró-Transporte. São recursos para a pavimentação de ruas e obras e para a instalação de corredor exclusivo para ônibus. Esse é mais um compromisso da presidenta Dilma Rousseff com a melhoria da infraestrutura e mobilidade na nossa região.

O município de Blumenau será contemplado com R\$ 65 milhões para obras, como abrigos de pontos de ônibus, implantação de ciclovias e calçadas junto aos corredores exclusivos de ônibus já implantados e vias, coletores arteriais e um corredor estrutural de transporte público Fonte-Garcia.

Balneário Camboriú receberá R\$ 42,8 milhões que serão aplicados na pavimentação e qualificação de vias urbanas nos bairros. O município de Camboriú receberá R\$ 12,6 milhões para utilizar na

pavimentação e qualificação de vias. E o município de Navegantes receberá R\$ 23 milhões para aplicar em projetos que consistem na pavimentação de novas vias."

Este é o governo federal investindo no estado de Santa Catarina. O governador Raimundo Colombo já recebeu R\$ 11 bilhões para serem investidos no Pacto por Santa Catarina, e nós estamos aguardando estes investimentos. Agora, a presidenta Dilma também está oportunizando para os municípios, principalmente na área de saneamento básico e do pró-transporte.

Estes são investimentos significativos, os prefeitos estão aguardando ansiosamente, porque não é fácil cuidar de uma cidade sem dinheiro. Agora vão estar - sr. deputado Amauri Soares, v.exa. também está convidado a participar deste grande evento nesses municípios que acabo de relacionar -, recebendo investimentos significativos para desenvolver principalmente a mobilidade urbana.

Também a frota de caminhões. Imagina, deputado Taxista Voltolini, chegar um caminhão novinho no município de Benedito Novo, no município de Blumenau, de Timbó, quanta alegria traz, principalmente para o prefeito que sofre com esses problemas nas suas cidades. Eu fiquei muito feliz, ontem, quando estava indo ao município de Criciúma e vi esta frota de caminhões se dirigindo ao município de Blumenau. Imaginem quão felizes vão ficar os prefeitos dos municípios que vão receber estes caminhões.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputada Ana Paula Lima, para falar de tantos recursos para o estado de Santa Catarina, tinha que ter mais tempo.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados.

Eu gostaria, na manhã desta quinta-feira, de fazer uma manifestação em favor da nossa briosa Polícia Militar de Santa Catarina, e da polícia do Brasil inteiro, deputado Sargento Amauri Soares.

Às vezes, eu me questiono sobre essas manifestações de rua e em alguns chamamentos à Polícia Militar, sobre o papel que esses militares têm no combate a essas manifestações e a esses atos de violência. Se ela age de uma maneira mais positiva, no outro dia, a mídia detona, literalmente. Às vezes, há excesso de agressividade, mas na grande maioria das vezes foi provocada pelos manifestantes, mas no outro dia, a mídia simplesmente massacra a corporação, como se os grandes responsáveis fossem os nossos soldados militares. Se, por outro lado, há certa omissão, até por preocupação de não agir com violência, no outro dia, a mídia também critica os militares por omissão.

Nesse sentido, sr. presidente, na semana passada, lendo a *Folha de S. Paulo*, me deparei com o editorial escrito por Rui Castro, que é um renomado jornalista e escritor brasileiro. Ele escreveu vários livros, inclusive um que fez homenagem ao saudoso Garrincha, *Estrela Solitária*. Ele escreve este editorial intitulado *Pessoas de Farda*, que eu vou ler, sr. presidente, e gostaria que essa Casa fizesse o registro nos Anais da Assembleia Legislativa, porque é um texto que merece ser lido e que merece uma reflexão profunda sobre como agem a mídia com respeito à Polícia Militar, não apenas a de Santa Catarina, mas de todo Brasil.

(Passa a ler.)

"Pessoas dentro da farda.

A 13 de março último, o aspirante a oficial da PM, Leidson Alves, 27 anos, foi morto com um tiro na cabeça por traficantes durante um patrulhamento no morro do Alemão. Foi o 19º PM morto neste ano no Rio, sendo 13 em emboscadas parecidas - alguns quando estavam de folga. A 7 de abril, ao voltar para casa outro PM, Lucas Barreto, 23 anos, foi capturado em São Gonçalo e levado para uma favela.

Deram-lhe oito tiros, a maioria nas pernas, e o jogaram em um matagal.

Desde então, não sei a quantas anda a estatística de PMs cariocas mortos ou feridos - não em combate, como de praxe no ofício, mas pelas costas, à traição. Nem sempre os jornais registram que o policial assassinado era jovem, recém-casado, filho exemplar ou pai de filhos. Artistas da Globo não vão a seus enterros. Não se sabe de missas por suas almas e, na verdade, ninguém está interessado. É como se não houvesse uma pessoa dentro da farda.

Nas últimas 'manifestações' no Rio, elementos brandiram cartazes dizendo 'Fora UPP' e 'UPP assassina'. É fácil protestar contra as Unidades de Polícia Pacificadora. Quando um policial comete um excesso ou mata alguém, pode enfrentar processo, ser expulso da polícia ou ir preso. Mas ainda não se viu nenhum cartaz dizendo 'Fora traficantes'. E, no entanto, contra a violência destes, não há recurso - a comunidade tem que aceitar calada os tapas na cara, o estupro de suas filhas e a execuções sumárias de quem eles considerem suspeitos.

É difícil acreditar que essa hostilidade à polícia parta de gente de bem nas comunidades. Os números mostram que, com as UPPs, as mortes diminuíram, os serviços aumentaram e sua economia cresceu.

Tais dados são lesivos, isto, sim, aos traficantes, às milícias, aos que vivem das migalhas do crime e a políticos que, para sobreviver, precisam que as UPPs fracassem." [Sic] - *Folha de São Paulo*, 30/04/14

Estou lendo este editorial, sr. presidente, que depois de merecer uma série de referências em cartas ao jornal defendendo essa posição de Rui Castro. E é importante para esta Casa porque não é muito diferente a atitude da polícia do Rio de Janeiro, da de Santa Catarina ou de qualquer lugar do estado. Claro, existem algumas que são mais bem preparadas do que outras e considero a nossa briosa Polícia Militar, com quem já convivi mais

proximamente quando prefeito da cidade, um exemplo de polícia no Brasil inteiro.

Mas o que me preocupa é exatamente o trato que a mídia dá quando um traficante é assinado, é amarrado no poste pela comunidade porque não tem ninguém para chamar, e como ela trata quando os policiais são também vítimas de violências e até de assassinatos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço v.exa., deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Edison Andrino, inicialmente queria parabenizar v.exa. pelo pronunciamento que o faz na mais legítima e honesta vontade de reconhecer a importância do trabalho dos policiais militares para a sociedade, inclusive, na nossa compreensão, como uma função social importantíssima e civilizatória, por contraditória que a afirmação possa parecer, embora também de repente a qualidade da polícia é reflexo da qualidade da civilização que se tem na sociedade.

Queria também concordar plenamente com v.exa. na qualidade da Polícia Militar do estado de Santa Catarina. Fiz, inclusive, na tribuna um elogio ao comandante que deixou o comando recentemente, depois e três anos e quatro meses, porque em cada grande situação aguda havia uma intervenção da própria estrutura de comando-geral, uma participação efetiva nesse processo. Isso foi fundamental para que não tivéssemos nenhuma situação aguda de desgaste da Polícia Militar aqui no estado de Santa Catarina nos últimos anos, pelo contrário, atitudes que merecem elogios, como a do episódio de atentado contra os ônibus e outros alvos, no qual tivemos uma atitude bastante racional baseada na legalidade por parte da Polícia Militar de Santa Catarina.

Eu sinto necessidade, para aprofundar o debate, de que devemos avaliar um pouco diferente a situação em outros estados da federação. E não estou fazendo uma crítica às polícias e nem à maioria dos policiais de lá, que são bons, mas

existe uma diferença, na minha forma de ver, na forma de abordar, que inclusive é contraproducente, porque coloca a sociedade contra a polícia. Quando um inocente apenas é morto o resto tudo se esquece. Então, a polícia precisa ser a primeira preocupada com isso. Quando um inocente só é morto, os milhares, que não eram inocentes, passam a se sentir legitimados.

Eu acho que precisamos avaliar, concordo plenamente, a Polícia Militar, nesse aspecto, está hoje ainda mais acima das outras policias no aspecto de resolver o problema com o uso progressivo da força e na quantidade suficiente e necessária. É evidente que é lamentável cada companheiro policial militar que morre em missão. É lamentável e necessário ser chorado todos os dias e também não se dá tanto alarde a traficantes misturados com supostas reivindicações legítimas da sociedade.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu acho que aparte do deputado Sargento Amauri Soares apenas esclareceu muito mais a preocupação que temos. Na minha maneira de ver é uma espécie de discriminação a diferença como as pessoas se apenam do criminoso e a maneira como tratam o policial cumprindo sua função com muita dificuldade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras deputadas, queria fazer uma saudação ao governador Raimundo Colombo, saudar o prefeito de Botuverá, bem como o vice-prefeito, cumprimentar toda a comunidade dos municípios do vale do rio Itajaí Mirim, onde o governador tem dado uma atenção muito especial, como faz por toda Santa Catarina. Mas lá o povo tem percebido a ação do governo, principalmente na área que é carente e importante no sentido de promover o desenvolvimento que seria na área da infraestrutura de rodovias.

A SC-486, que vai de Itajaí a Brusque, teve iniciada uma parte da sua duplicação por uma parceria entre o governo do estado e uma empresa local. Em breve, em alguns dias, o governador estará dando a ordem de serviço para iniciar outro segmento, entre Itajaí e Brusque, num valor de R\$ 150 milhões. Estará sendo concluída a ligação entre Brusque e Guabiruba, uma rodovia importante porque a região cresceu muito, mas as vias de acesso são as mesmas de 100 anos atrás. E o governador atendeu então esse pleito da comunidade.

Ontem o governador assinou a transferência de um valor em torno de R\$ 12 milhões para Botuverá para pavimentar mais um segmento da rodovia SC-486, que vai de Itajaí até Vidal Ramos. Esse segmento vai ser mais um passo para aproximar a região serrana do vale do Itajaí, através do vale do rio Itajaí Mirim. E ontem foi liberado esse recurso.

Aliás, saiu no jornal na semana passada que Botuverá é a única cidade de Santa Catarina, dentre as dez brasileiras, em que existe menor diferença de distribuição de renda entre os mais ricos e os mais pobres. Botuverá iniciou em 1876, com a chegada das primeiras famílias. Vivíamos no Brasil a fase do extrativismo. E a madeira era transportada através de picadas com mula de carga ou através do rio Itajaí Mirim, que quando enchia servia como um canal de balseamento da madeira serrada, que vinha de Vidal Ramos até Brusque e de Brusque até Itajaí para ser exportada. Imaginamos quanto sacrifício e quanto sonhou aquele povo com uma estrada, um meio mais seguro, constante para transportar sua mercadoria.

Depois da fase do extrativismo, houve o momento da agricultura, quando era feita uma agricultura manual, a base de arado puxado por cavalo, boi, ou com o uso da enxada. As estradas eram feitas com picareta, cortava-se as árvores necessárias com machado.

Então, nesse momento, a principal produção daquela região era o fumo. A Souza Cruz foi a pioneira na época, depois vieram outras empresas.

E quero enfatizar que a indústria fumageira em Botuverá foi uma alavanca importante no desenvolvimento da qualidade de vida da população. Hoje as famílias de Botuverá têm uma boa qualidade de vida, existe distribuição de renda. O município já evoluiu para a fase da industrialização.

Temos ali vários tipos de indústria, duas, por exemplo, produtoras de calcário e que vendem para outros estados, Rio Grande do Sul, Paraná, enfim, para toda a região sul. Existe uma produção muito grande de calcário naquela região que leva o nome da cidade para outras regiões.

Mas, além das duas indústrias de calcário, temos fiações, tecelagens, confecções e outras empresas que já passam de 200, em Botuverá, para promover o desenvolvimento de todos.

Esse segmento de rodovia que o governador libera recurso, agora, para podermos pavimentar 12km, é um sonho muito velho de fazer a ligação entre Brusque e Vidal Ramos por uma estrada melhor. Começou com uma picada, depois com a estrada de carroça, agora tem a estrada para caminhão e ônibus, que é possível passar razoavelmente bem, mas ainda não passam as carretas carregadas. Por exemplo, uma carreta vazia desce de Vidal Ramos, vem de Lages buscar calcário em Botuverá, desce a Serra do Mar, porque está vazia, mas o caminho inverso, carregada, não consegue fazer, até porque existem alguns declives muito grandes e seria muito arriscado. Agora, conseguimos 12km de Vidal Ramos a Botuverá que já foram asfaltados 7 ou 8km por conta da implantação da fábrica de cimento, a Votorantim. Hoje nós temos a Votorantim, que faz cimento em Vidal Ramos, que a grande parte da produção vai diretamente para o mercado consumidor, que seria Brusque, Itajaí, Vidal Ramos, todo o baixo vale do rio Itajaí Mirim e Itajaí-Açu, que são grandes consumidores de cimento, e que o caminho mais curto seria exatamente a 486. Hoje o cimento não pode ser transportado pela 486, justamente, pelas más condições da estrada. Com esses 12km vão faltar mais 30 para completar esse sonho de muitos anos, mais de 50 anos, que as pessoas estão

imaginando essa estrada. Nós, inclusive, já batizamos de Rodovia do Cimento que vai facilitar o comércio entre o vale do Itajaí com a região serrana e também ao contrário, tanto para trazer produto de lá para cá, quanto do vale do Itajaí para a região serrana e vice-versa. De forma que o governador venha a atender uma parte dos sonhos das pessoas do município de Botuverá, mas também venha abrir uma perspectiva muito grande para melhoria do desenvolvimento de várias regiões catarinenses, facilitando o transporte dos produtos que são produzidos aqui e que são importantes para promover o desenvolvimento da região.

Então, aproveito a ocasião para saudar a todas as mães que prestam um grande serviço à sociedade, pois, na medida em que as mulheres participam mais da política colocando nas ações de cada um o sentimento de mãe, o mundo vai ficando melhor. Por isso, na última sessão da semana quero cumprimentar todas as mães e dizer que a ação de cada uma, o trabalho que cada uma faz na suas casas, cuidando dos filhos, das pessoas que amam e gostam, isso contribui para o desenvolvimento da sociedade e por um mundo melhor para os dias futuros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Gostaria de dar os parabéns a todas as mães, desejando muita saúde e paz.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Taxista Voltolini.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente

sessão, convoca outra, solene, na cidade de Corupá, em homenagem ao registro no *Guinness World Records* 2014, pela segunda vez consecutiva devido ao campeonato de motociclismo na lama, o Bananalama, às 19h30.

Está encerrada a sessão.